



Caderno Administrativo
Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região



DIÁRIO ELETRÔNICO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

PODER JUDICIÁRIO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Nº3494/2022

Data da disponibilização: Quarta-feira, 15 de Junho de 2022.

Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região Francisco Rossal de Araújo Presidente Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa Vice-Presidente Raul Zoratto Sanvicente Corregedor Regional Helena Jaeger Nicotti Vice-Corregedora Regional	Av. Praia de Belas, 1100, Menino Deus, Porto Alegre/RS CEP: 90110903 Telefone(s) : 51-3255-2000
---	---

Diretoria Geral

Editais

Editais da Corregedoria

**EDITAIS
SECOR**

Anexos

Anexo 1: [EDITAL Nº 19-2022 - Retificação](#)

Portaria

Portaria Presidência

PORTARIA nº 2.554, de 07 de junho de 2022. O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PA nº 4143/2022, resolve: Art. 1º. VINCULAR 01 (uma) função comissionada de ASSISTENTE-FC02 à Seção de Auditoria de Contratações, anteriormente vinculada à Seção de Auditoria de Gestão de Pessoas. Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO, Presidente do TRT da 4ª Região/RS.

PORTARIA nº 2.556, de 07 de junho de 2022.

Altera o anexo I da Portaria nº 1230/2022, que regulamenta a implementação da Resolução CSJT nº 296/2021, para fins de lotação de pessoal, no âmbito da Justiça do Trabalho da 4ª Região.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando o que consta no PROAD nº 1339/2022, resolve:

Art. 1º Alterar o anexo I da Portaria nº. 1230/2022.

Art. 2º Republicar a Portaria nº. 1230/2022, com as alterações ora efetuadas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
Presidente do TRT da 4ª Região/RS

Anexos
Anexo 2: ANEXO I
Anexo 3: PORTARIA Nº 1.230-2020 - Compilada

PORTARIAS DE DIÁRIAS

Anexos
Anexo 4: Diárias

Portaria Secretária de Gestão de Pessoas

PORTARIA nº 2.511, de 06 de junho de 2022. A DIRETORA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, usando das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria nº 3.395, de 03-12-2021, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 06-12-2021, e considerando o que consta no PA nº 3256/2022, resolve: 1. DISPENSAR a servidora GISELA COELHO STUEPP (107336), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA-FC04, da 2ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha. 2. DECLARAR VAGA, em decorrência, a função comissionada de ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA-FC04, acima referida. MARIA AUGUSTA KINNE MANN, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas.

PORTARIA nº 2.512, de 06 de junho de 2022. A DIRETORA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, usando das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria nº 3.395, de 03-12-2021, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 06-12-2021, e considerando o que consta no PA nº 3256/2022, resolve: DESIGNAR o servidor MARCELO BESTETTI (79022), ocupante do cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA-FC04, da 2ª Vara do Trabalho de Cachoeirinha. MARIA AUGUSTA KINNE MANN, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas.

PORTARIA nº 2.536, de 07 de junho de 2022. A DIRETORA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, usando das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria nº 3.395, de 03-12-2021, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 06-12-2021, e considerando o que consta no PA nº 4143/2022, resolve: 1. DISPENSAR a servidora MARIANA GROSSER DA COSTA (110086), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, da função comissionada de ASSISTENTE-FC05, da Secretaria de Auditoria. 2. DESIGNAR a referida servidora para exercer a função comissionada de ASSISTENTE-FC02, na Seção de Auditoria de Contratações. 3. DECLARAR VAGA, em decorrência, a função comissionada referida no item 1. MARIA AUGUSTA KINNE MANN, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas.

PORTARIA nº 2.537, de 07 de junho de 2022. A DIRETORA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, usando das atribuições que lhe foram subdelegadas pela Portaria nº 3.395, de 03-12-2021, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 06-12-2021, e considerando o que consta no PA nº 4143/2022, resolve: DESIGNAR a servidora GABRIELA CHAVES LANGE (112593), ocupante do cargo de Analista Judiciário, Área Administrativa, para exercer a função comissionada de ASSISTENTE-FC05, da Secretaria de Auditoria. MARIA AUGUSTA KINNE MANN, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas.

PORTARIA Nº 2.714, DE 15 DE JUNHO DE 2022

Regulamenta o procedimento de apuração de infrações e aplicação de penalidades administrativas no âmbito das licitações e contratações realizadas por Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO o disposto no artigo 39, XXXV, do Regimento Interno deste Tribunal;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 208 do Regimento Interno do TRT da 4ª Região, que estabelece o cabimento de recurso administrativo em face das decisões proferidas pelo Presidente do Tribunal em matéria administrativa;
CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo PROAD nº 9802/2020;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Das disposições gerais

Art. 1º O procedimento de apuração da prática de infração, por licitante, adjudicatário ou contratado, de cláusulas contratuais, disposições editalícias, atas de registro de preços, notas de empenho, ordens de serviço ou quaisquer instrumentos assemelhados, formalizados de acordo com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como a cominação de sanções administrativas decorrentes, reger-se-á por esta Portaria.

CAPÍTULO II

Das infrações e sanções administrativas

Art. 2º O licitante, adjudicatário ou contratado que incorrer nas infrações previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, apuradas em regular processo administrativo, estará sujeito às sanções previstas no artigo 156 da referida Lei.

Art. 3º A aplicação de sanções decorrente do cometimento das infrações referidas no artigo 2º desta Portaria será precedida do devido processo legal, assegurado ao interessado o exercício do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º A cominação das sanções previstas em lei, no edital, na ata de registro de preços, no contrato ou em instrumentos assemelhados não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral de eventuais danos impostos a este Tribunal e/ou a terceiros.

§ 2º As sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, previstas, respectivamente, nos artigos 4º, 5º e 6º desta Portaria, poderão ser aplicadas cumulativamente com as penas de multa previstas nos artigos 9º e 10 desta Portaria.

Seção I

Das sanções de cunho pedagógico e restritivas de direitos

Art. 4º A sanção de advertência, prevista no inciso I do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

I – descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave;

II – inexecução parcial de obrigação contratual, principal ou acessória, de pequena relevância, caracterizada a critério da Administração, quando não se justificar a cominação de sanção mais grave.

Parágrafo Único. Para os fins deste artigo, considera-se de pequena relevância o descumprimento de obrigações instrumentais ou formais que não impacta objetivamente na execução do contrato e não impõe prejuízos a este Tribunal.

Art. 5º A sanção de impedimento de licitar e contratar, prevista no inciso III do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, poderá ser aplicada, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave, ao licitante, adjudicatário ou contratado que:

I – der causa à inexecução parcial do contrato, da ata de registro de preços ou de instrumento assemelhado, que imponha grave dano a este Tribunal, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

II – der causa à inexecução total do contrato, da ata de registro de preços ou de instrumento assemelhado;

III – deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

IV – não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

V – não celebrar o contrato, não assinar a ata de registro de preços, não aceitar ou não retirar instrumento assemelhado, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, no prazo estabelecido pela Administração, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VI – ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação, sem motivo justificado.

§ 1º A recusa injustificada de cumprimento integral de obrigação contratualmente determinada poderá caracterizar a inexecução total do contrato, da ata de registro de preços ou de instrumento assemelhado.

§ 2º A sanção prevista no caput deste artigo, quando cominada por este TRT4, impedirá o apenado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da União, pelo prazo de até 03 (três) anos, nos termos do disposto no artigo 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 6º A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no inciso IV do caput do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, poderá ser aplicada ao licitante, adjudicatário ou contratado que:

I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, da ata de registro de preços ou de instrumento assemelhado;

II – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento durante a execução do contrato, da ata de registro de preços ou de instrumento assemelhado;

III – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

V – praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

§ 1º O cometimento de qualquer das infrações previstas nos incisos I, II, III, IV, V e VI do caput do artigo 5º desta Portaria, quando justificada a imposição de pena mais grave do que aquela prevista no citado artigo, também ensejará a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

§ 2º A sanção prevista no caput deste artigo, aplicada por qualquer ente da federação, impedirá o apenado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta ou indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos, nos termos do que dispõe o artigo 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 7º O cometimento, em uma mesma licitação ou relação contratual, de mais de uma das infrações previstas nesta Seção sujeitará o infrator à sanção cabível para o mais grave dos descumprimentos, ou se iguais, somente a uma sanção, sopesando-se, em qualquer caso, as demais infrações como circunstâncias agravantes.

§ 1º Não se aplica a regra prevista no caput se já houver ocorrido o julgamento ou quando, pelo estágio processual, revelar-se inconveniente a avaliação conjunta dos fatos.

§ 2º O disposto neste artigo não afasta a possibilidade de aplicação da pena de multa cumulativamente às sanções previstas nos artigos 4º, 5º e 6º desta Portaria.

Art. 8º Os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica poderão ser estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, assim como à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, sempre que verificados indícios de envolvimento no ilícito, observado, para a desconsideração da personalidade jurídica, o disposto no artigo 160 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Seção II

Das multas

Art. 9º A multa moratória, calculada na forma prevista no edital, na ata de registro de preços, no contrato ou em instrumento assemelhado, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 10% (dez por cento) do valor da obrigação objeto do atraso.

§ 1º Na impossibilidade de quantificar o valor da obrigação objeto do atraso, a multa moratória ficará limitada a 50% (cinquenta por cento) do valor previsto para a multa compensatória por inexecução da contratação.

§ 2º A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulativa de outras sanções previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 10. A multa compensatória, calculada na forma prevista no edital, na ata de registro de preços, no contrato ou em instrumento assemelhado, não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e nem excederá 30% (trinta por cento) do valor da parcela não executada.

Art. 11. O responsável pelo registro das irregularidades e pela autuação do processo administrativo efetuará o cálculo da(s) multa(s) aplicável(is) e adotará um dos seguintes procedimentos:

I – se o valor apurado para a(s) multa(s) for igual ou superior a R\$ 100,00 (cem reais), o processo deverá ser obrigatoriamente instruído e

encaminhado aos setores competentes, nos termos do que dispõem os artigos 13, 14 e 17 desta Portaria;

II – se o valor apurado para a(s) multa(s) for inferior a R\$ 100,00 (cem reais) e o responsável entender que se trata de hipótese de extinção unilateral do contrato e/ou de cominação cumulativa de quaisquer das sanções não pecuniárias previstas nos artigos 4º, 5º e 6º desta Portaria, o processo deverá ser instruído e encaminhado aos setores competentes, nos termos do que dispõem os artigos 13, 14 e 17 desta Portaria;

III – se o valor apurado para a(s) multa(s) for inferior a R\$ 100,00 (cem reais) e o responsável entender que a irregularidade enseja apenas a aplicação de sanção(ões) pecuniária(s), a infração deverá ser registrada no processo administrativo, para apuração cumulativa, no caso de serem cometidas outras irregularidades no âmbito da mesma licitação ou relação contratual, passíveis de multas que, somadas, atinjam valor igual ou superior a R\$ 100,00 (cem reais), hipótese em que o processo deverá ser instruído e encaminhado aos setores competentes, nos termos do que dispõem os artigos 13, 14 e 17 desta Portaria.

Art. 12. Os valores devidos a título de multas serão adimplidos, sucessivamente, mediante:

I – desconto dos créditos devidos por este Tribunal ao adjudicatário ou contratado;

II – recolhimento do valor pelo licitante, adjudicatário ou contratado, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do esgotamento das instâncias recursais na esfera administrativa;

III – execução da garantia prestada na contratação ou da garantia de proposta, exigidas na forma do caput dos artigos 58 e 96 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. Esgotados os procedimentos previstos nos incisos I, II e III do caput deste artigo, sem que a multa aplicada seja integralmente adimplida, expedir-se-á ofício à unidade da Procuradoria da Fazenda Nacional competente, para possibilitar a inscrição do débito na Dívida Ativa da União e a respectiva cobrança.

CAPÍTULO III Do procedimento

Seção I Das competências

Art. 13. O registro das irregularidades praticadas por licitante, adjudicatário ou contratado, formalizado por meio da autuação de processo administrativo específico, compete, respectivamente, sob pena de responsabilidade:

I – ao Pregoeiro, quando ocorridas entre a publicação do Edital e a homologação da licitação realizada na modalidade pregão;

II – ao agente de contratação ou à comissão de contratação, quando ocorridas entre a publicação do Edital e a homologação da licitação realizada nas modalidades concorrência e diálogo competitivo;

III – ao Coordenador de Licitações e Contratos, quando ocorridas entre a homologação da licitação e a conclusão do procedimento de contratação;

IV – ao(s) Fiscal(is) do contrato, quando ocorridas após a conclusão do procedimento de contratação;

V – ao Gestor da área demandante do bem ou serviço, quando ocorridas após a conclusão do procedimento de contratação e não houver Fiscal expressamente designado para o contrato.

Parágrafo único. Após o registro das irregularidades, o processo deverá ser encaminhado:

I – ao Coordenador de Licitações e Contratos, nas hipóteses dos incisos I e II do caput;

II – ao Diretor da Secretaria de Administração, na hipótese do inciso III do caput;

III – ao Gestor da área demandante do bem ou serviço, na hipótese do inciso IV do caput.

Art. 14. Os gestores mencionados no inciso V do caput e nos incisos I, II e III do parágrafo único do artigo 13 desta Portaria, ao receberem o processo administrativo, consignarão ciência e/ou se manifestarão acerca das irregularidades nele registradas, e o encaminharão à Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral.

Art. 15. A aplicação das sanções administrativas previstas nos artigos 4º, 5º, 9º e 10 desta Portaria, compete:

I – ao Presidente do Tribunal, quando decorrentes de extinção contratual unilateral, do cancelamento de ata de registro de preços ou do cancelamento de instrumentos assemelhados;

II – ao Diretor-Geral, por delegação da Presidência do Tribunal, nos demais casos.

Art. 16. Compete exclusivamente ao Presidente do Tribunal a aplicação da sanção de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 6º desta Portaria.

Parágrafo Único. O Presidente do Tribunal, quando do julgamento, se concluir pela existência de infração criminal ou de ato de improbidade administrativa, dará conhecimento ao Ministério Público e aos demais órgãos competentes, conforme o caso.

Seção II Da autuação do processo

Art. 17. O processo administrativo autuado para apuração da prática de irregularidade por licitante, adjudicatário ou contratado deverá ser vinculado ao processo que originou a licitação ou a contratação, indicando o assunto “Sanção” e, como complemento, o objeto da contratação.

Parágrafo único. O processo ao qual se refere o caput deverá ser instruído com, no mínimo:

I – informação contendo relatório detalhado do descumprimento praticado pelo licitante, adjudicatário ou contratado, indicação das cláusulas legais, editalícias e contratuais infringidas e ciência e/ou manifestação do gestor competente, nos termos dos artigos 13 e 14 desta Portaria;

II – todas as informações necessárias ao cálculo das multas aplicáveis;

III – cópias do edital de licitação e dos respectivos anexos que contenham itens relevantes à apuração dos descumprimentos;

IV – cópias do instrumento de contrato, termos aditivos assinados e apostilas;

V – cópias das notas de empenho e ordens de serviço emitidas durante a contratação, bem como das respectivas confirmações de entrega ao contratado, quando o prazo para cumprimento das obrigações contar do seu recebimento;

VI – cópias dos eventuais pedidos de prorrogação de prazo formulados pelo contratado e dos respectivos despachos de deferimento ou de indeferimento;

VII – quaisquer outros documentos imprescindíveis à apuração do descumprimento e à aplicação de penalidades;

VIII – cópia da documentação relativa à representação da empresa.

Seção III Das intimações

Art. 18. O licitante, adjudicatário ou contratado será intimado para ciência do processo administrativo autuado para apuração de descumprimento contratual e aplicação de penalidades, oportunidade em que lhe será facultada a apresentação de defesa escrita no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da intimação.

§ 1º A intimação de que trata o caput conterá, no mínimo:

I – a identificação do licitante, adjudicatário ou contratado;

II – a finalidade da intimação;

III – a descrição do fato passível de aplicação de penalidade e a informação dos dispositivos editalícios, contratuais ou legais infringidos;

IV – a descrição das sanções que poderão ser aplicadas, com a indicação de sua previsão editalícia, contratual ou legal;

V – o prazo e a forma para a apresentação de defesa escrita;

VI – a informação de que as provas que se pretenda produzir ou seu requerimento deverão ser apresentados com a defesa escrita, observado, no que couber, o disposto nos artigos 369 a 484 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

VII – a informação sobre a continuidade do processo independentemente da manifestação do licitante, adjudicatário ou contratado, conforme disposto no artigo 26, § 1º, inciso V, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

VIII – a informação sobre a possibilidade de obtenção de cópia do processo administrativo, mediante requerimento encaminhado exclusivamente por meio eletrônico ao endereço informado na intimação;

IX – outras informações necessárias ao exercício do contraditório.

§ 2º Quando as irregularidades reportadas no processo administrativo ensejarem, em tese, a aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar ou de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, previstas, respectivamente, nos artigos 5º e 6º desta Portaria, a intimação de que trata o caput será realizada por comissão processante, permanente ou ad hoc, designada pelo Presidente deste Tribunal, nos termos do artigo 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, a comissão processante intimará o licitante, adjudicatário ou contratado sobre todas as sanções em tese cabíveis e, quando for o caso, acerca da extinção contratual, do cancelamento da ata de registro de preços ou do cancelamento de instrumento assemelhado.

§ 4º Promovida a intimação do interessado na forma do caput ou do § 2º deste artigo, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral notificará o emitente da garantia de proposta ou da garantia contratual sobre o início do processo administrativo para apuração de descumprimento de disposições editalícias ou de cláusulas contratuais, remetendo-lhe cópia dos autos.

Art. 19. A intimação de licitante, adjudicatário ou contratado para apresentação de defesa escrita, para interposição de recurso e para a prática dos demais atos sujeitos à análise de tempestividade, far-se-á, sucessivamente:

I – por meio eletrônico capaz de assegurar a certeza da ciência do interessado;

II – pela via postal, mediante carta registrada ou aviso de recebimento;

III – pessoalmente, por intermédio do representante legal do interessado;

IV – pela publicação do ato no Diário Oficial da União, nas hipóteses previstas no § 4º do artigo 26 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Parágrafo Único. A obtenção de cópia dos autos implicará na intimação de qualquer decisão contida no processo.

Art. 20. As intimações para ciência de atos processuais que não ensejem a manifestação do interessado serão efetuadas exclusivamente por meio eletrônico.

Seção IV

Da apresentação da defesa, instrução do processo e decisão

Art. 21. A defesa escrita, devidamente acompanhada dos documentos comprobatórios dos poderes do signatário da petição para representar o licitante, adjudicatário ou contratado, deverá ser encaminhada exclusivamente por meio eletrônico para o endereço informado na intimação.

Art. 22. Os interessados têm direito à vista do processo administrativo e à obtenção de certidões ou cópias dos dados e documentos que o integram, ressalvados aqueles pertencentes a terceiros, cujo sigilo seja resguardado pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.

Art. 23. Quando cabíveis as sanções de advertência e de multa, dispostas, respectivamente, nos artigos 4º, 9º e 10 desta Portaria, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral, após transcorrido o prazo para apresentação da defesa escrita, contado a partir da regular intimação do licitante, adjudicatário ou contratado, e independentemente de manifestação do interessado, apresentará relatório contendo:

I – a análise dos pressupostos processuais;

II – a identificação das infrações e de eventual tese de defesa;

III – o exame das eventuais provas produzidas;

IV – o possível enquadramento da conduta praticada como irregularidade passível de sanção;

V – a natureza e a gravidade da infração cometida;

VI – as peculiaridades do caso concreto;

VII – as circunstâncias agravantes ou atenuantes, se houver;

VIII – os danos que a infração acarretou ou poderá acarretar à Administração Pública.

Parágrafo único. Concluído o relatório de que trata o caput, o processo administrativo será submetido à apreciação do Diretor-Geral.

Art. 24. Quando cabíveis as sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, dispostas, respectivamente, nos artigos 5º e 6º desta Portaria, a comissão processante designada pela Presidência deste Tribunal na forma do artigo 158 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, após transcorrido o prazo para apresentação de defesa escrita, contado a partir da regular intimação do licitante, adjudicatário ou contratado, e independentemente de manifestação do interessado, adotará os seguintes procedimentos:

I – determinará, se for o caso, a juntada de provas julgadas indispensáveis à apuração;

II – analisará eventuais pedidos de produção de provas apresentados pelo interessado, e indeferirá, por meio de decisão fundamentada, a produção de provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

§ 1º Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão processante, o licitante, adjudicatário ou contratado será intimado para, querendo, apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

§ 2º Concluída a instrução probatória, a comissão processante apresentará relatório contendo os elementos descritos nos incisos I a VIII do caput do artigo 23 desta Portaria.

§ 3º Concluído o relatório de que trata o § 2º, o processo administrativo será submetido à apreciação do Diretor-Geral.

Art. 25. Submetidos os autos à apreciação do Diretor-Geral, proceder-se-á da seguinte forma:

I – em se tratando de irregularidades passíveis de ensejar a extinção contratual unilateral, o cancelamento de Ata de Registro de Preços, o cancelamento de instrumento assemelhado ou a aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 6º desta Portaria, o Diretor-Geral encaminhará o processo administrativo à Presidência do Tribunal para proferimento de decisão quanto à eventual extinção/cancelamento do instrumento contratual e/ou aplicação das penalidades incidentes;

II – se as irregularidades ensejarem somente a aplicação das sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e/ou de multa, previstas, respectivamente, nos artigos 4º, 5º, 9º e 10 desta Portaria, o Diretor-Geral, por delegação, proferirá decisão quanto à eventual aplicação das penalidades.

Parágrafo único. Proferida a decisão, a parte interessada será intimada do seu teor, observado o disposto no artigo 19 desta Portaria.

Seção V

Dos recursos

Art. 26. Das decisões de primeira instância que aplicam as sanções de advertência, de impedimento de licitar e contratar e/ou de multa, previstas, respectivamente, nos artigos 4º, 5º, 9º e 10 desta Portaria, cabe recurso administrativo, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser julgado:

I – pelo Presidente do Tribunal, no caso de decisão proferida pelo Diretor-Geral, conforme previsto nos artigos 166 e 168 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

II – pelo Órgão Especial do Tribunal, com distribuição dirigida ao Vice-Presidente do Tribunal, que atuará como relator, no caso de decisão

proferida pelo Presidente do Tribunal, conforme previsto nos artigos 166 e 168 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o artigo 208 do Regimento Interno do TRT da 4ª Região.

§ 1º Das decisões do Presidente do Tribunal que extinguem unilateralmente o contrato, cancelam a Ata de Registro de Preços ou cancelam instrumentos assemelhados, cabe recurso administrativo, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato, a ser julgado pelo Órgão Especial do Tribunal, com distribuição dirigida ao Vice-Presidente do Tribunal, que atuará como relator, conforme previsto no artigo 165, inciso I, alínea "e", da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, combinado com o artigo 208 do Regimento Interno do TRT da 4ª Região.

§ 2º Das decisões proferidas pelo Presidente do Tribunal em segunda instância (hipótese do inciso I do caput deste artigo) cabe novo recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, contados da intimação do ato, a ser julgado pelo Órgão Especial do Tribunal, com distribuição dirigida ao Vice-Presidente do Tribunal, que atuará como relator, conforme previsto no artigo 208 do Regimento Interno do TRT da 4ª Região.

Art. 27. O recurso administrativo será dirigido à autoridade competente para o seu julgamento, conforme estabelecido no artigo anterior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão ou submeter o recurso com a sua motivação à consideração superior, observados os prazos previstos no § 2º do artigo 165 e no parágrafo único do artigo 166, ambos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Parágrafo único. O recurso administrativo deverá ser encaminhado exclusivamente por meio eletrônico para o endereço informado na intimação, devendo ser acompanhado de documentos comprobatórios dos poderes do signatário da petição para representar o licitante, adjudicatário ou contratado.

Art. 28. Das decisões que aplicam a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, prevista no artigo 6º desta Portaria, caberá apenas pedido de reconsideração ao Presidente do Tribunal, com efeito suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da intimação do ato, conforme previsto nos artigos 167 e 168 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observada a forma de apresentação prevista no parágrafo único do artigo 27 desta Portaria.

Art. 29. A Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral relatara as alegações do licitante, adjudicatário ou contratado e os procedimentos referentes à extinção contratual unilateral e/ou à aplicação de penalidade(s), e realizará prévia análise dos pressupostos recursais e do mérito do pedido de reconsideração ou do recurso administrativo interposto pelo interessado, a fim de subsidiar o seu julgamento pela autoridade competente.

Art. 30. Proferida decisão em sede de pedido de reconsideração ou de recurso administrativo, a parte interessada será intimada do seu teor, observado o disposto nos artigos 19 e 20 desta Portaria.

Seção VI

Do registro das penalidades

Art. 31. Após o esgotamento das instâncias recursais, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral registrará as penalidades aplicadas nos sistemas internos deste Tribunal e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (Sicaf), mantido pelo Ministério da Economia.

Parágrafo único. Em cumprimento ao que determina o artigo 161 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a Assessoria Jurídica da Diretoria Geral, no prazo máximo de 15 dias úteis, contado da data de aplicação das sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, informará e manterá atualizados os dados relativos às sanções supracitadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

CAPÍTULO IV

Dos prazos

Art. 32. Os atos do processo administrativo serão realizados em dias úteis.

Art. 33. A contagem dos prazos processuais observará as regras previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e, subsidiariamente, aquelas contidas nas Leis nºs 9.784, de 29 de janeiro de 1999, 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e 13.105, de 16 de março de 2015.

Art. 34. A análise do atendimento dos prazos fixados para o cumprimento de obrigações contratuais observará as seguintes regras, salvo se houver disposição diversa no instrumento obrigacional:

I – quando o último dia do prazo recair em dia não útil, este será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente;

II – considerar-se-á configurado o atraso na execução do objeto do contrato a contar do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

Parágrafo único. Suspendem-se os prazos de que trata o caput durante o recesso previsto no inciso I do artigo 62 da Lei nº 5.010, de 30 de maio de 1966, salvo disposição diversa no instrumento obrigacional.

Art. 35. No caso de descumprimento de obrigações trabalhistas, o atraso estará configurado a contar do dia imediatamente posterior ao do término do prazo fixado para o seu cumprimento, ainda que ele recaia em dia não útil.

CAPÍTULO V

Da reabilitação

Art. 36. Na forma do caput do artigo 163 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, é admitida a reabilitação do licitante, adjudicatário ou contratado perante a autoridade que aplicou a(s) penalidade(s), exigidos, cumulativamente:

I – a reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II – o pagamento da multa;

III – o transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;

IV – o cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo, quando houver;

V – a análise jurídica prévia da Assessoria Jurídica da Presidência deste Tribunal, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo Único. Quando imposta(s) sanção(ões) pela infração ao disposto nos incisos I e V do caput do artigo 6º desta Portaria, serão exigidos, como condição de reabilitação do licitante, adjudicatário ou contratado, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo infrator.

CAPÍTULO VI

Da prescrição

Art. 37. A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I – interrompida pela instauração do processo administrativo a que se refere o caput do artigo 17 desta Portaria;

II – suspensão pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III – suspensão por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

CAPÍTULO VII

Das disposições finais

Art. 38. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal.

Art. 39. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO
Presidente do TRT da 4ª Região/RS

PORTARIA nº 2.687, de 13 de junho de 2022. A DIRETORA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº3.395, de 03-12-2021, publicada no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho de 06-12-2021, e considerando o que consta no PROAD 4436/2022, DECLARA que a servidora THIELE DO NASCIMENTO E SILVA PILECCO passou a chamar-se THIELE DO NASCIMENTO E SILVA. Em 13 de junho de 2022. Maria Augusta Kinnemann, Diretora da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Provimento

Provimento Corregedoria

PROVIMENTO Nº 282, DE 09 DE JUNHO DE 2022.

Republicado por erro material

Altera os arts. 187 e 187-A do Provimento nº 267, de 31.5.2019, que Institui a Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região.

O DESEMBARGADOR CORREGEDOR REGIONAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 46, inciso II, e 47 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Regional para adequação aos normativos vigentes;

CONSIDERANDO o disposto no Capítulo VI, Seção V, da Consolidação de Provimentos da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, de 19 de dezembro de 2019;

CONSIDERANDO que foi verificada, em correições ordinárias realizadas no último biênio, a utilização de procedimentos diversos para o arquivamento definitivo dos processos pelas unidades judiciárias da 4ª Região;

CONSIDERANDO que, nas execuções contra a Fazenda Pública, via de regra a atividade jurisdicional se encerra com a expedição do precatório;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar o §1º do art. 187 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional da 4ª Região.

Art. 2º Alterar o caput do art. 187-A da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria Regional do Tribunal Regional da 4ª Região, renumerar o seu parágrafo único, alterando-o para parágrafo primeiro, e incluir os parágrafos segundo e terceiro ao dispositivo, passando ao seguinte teor:

Art. 187-A. O arquivamento definitivo do processo de execução decorre da declaração, por sentença, da extinção da execução, pela verificação de uma das hipóteses contempladas nos incisos II, III, IV e V do artigo 924 do CPC, por se achar exaurida a prestação jurisdicional.

§1º. Nos casos em que houver autocomposição da lide, com pagamento parcelado da dívida, o processo somente será arquivado definitivamente após o seu cumprimento integral, assim declarado nos termos do caput.

§2º. É vedado o arquivamento com baixa definitiva do processo de execução em qualquer situação não prevista no caput, inclusive em processos reunidos em razão de centralização de execuções, processos sobrestados ou arquivados provisoriamente.

§3º. Nas execuções contra a Fazenda Pública, uma vez expedido o precatório, o processo ficará sobrestado, enquanto houver a possibilidade de expedição de precatório complementar. Somente quando declarada extinta a execução pelo Juízo na forma do caput, os autos deverão ser arquivados definitivamente.

Art. 3º Este provimento entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 09 de junho de 2022.

RAUL ZORATTO SANVICENTE
Corregedor Regional do TRT da 4ª Região/RS

Anexos

Anexo 5: [Provimento 267-2019 - Compilado](#)

ÍNDICE

Diretoria Geral	1		
Edital	1		
Edital da Corregedoria	1		
Portaria	1	Portaria Presidência	1
		Portaria Secretaria de Gestão de Pessoas	2

Provimento	7	
Provimento Corregedoria	7	